



OS BANCOS COMERCIAIS DEPENDEM NECESSARIAMENTE DOS DEPÓSITOS DOS CLIENTES PARA CONCEDER EMPRÉSTIMOS À ECONOMIA?

DO COMMERCIAL BANKS NECESSARILY DEPEND ON CUSTOMER DEPOSITS TO PROVIDE LOANS TO THE ECONOMY?

DOI: 10.5281/zenodo.11389905

Luindula António Chaves Miguel¹

Resumo

Com base nas lições mais básicas de economia e finanças, é comum dizer que indivíduos com grande liquidez na economia, os chamados agentes económicos superavitários, depositam dinheiro nos bancos comerciais e, em seguida, usam esses depósitos para conceder empréstimos aos seus clientes que necessitam de liquidez para realizar alguma actividade económica. É surpreendente constatar que, mesmo entre economistas, não há uma compreensão sobre a relação entre os depósitos dos agentes económicos junto aos bancos comerciais e os empréstimos que os bancos comerciais concedem ao público. Este artigo aspira aprimorar a compreensão dos leitores acerca do pensamento comum de diversos indivíduos na sociedade, independentemente de serem ou não economistas, não sendo uma condição necessária e suficiente de como funcionam os bancos e o processo de concessão de empréstimos na economia. Ou seja, levará ao leitor a perceber como a maioria do dinheiro que circula numa economia é criado por parte dos bancos comerciais, sem resultar necessariamente de depósitos que clientes mantêm nos respectivos bancos comerciais. Dessa forma, incentivaremos os leitores a amadurecerem a ideia de como se cria dinheiro na economia e reduziremos o entendimento adquirido nos manuais tradicionais de economia de que os bancos comerciais são apenas intermediários que emprestam o dinheiro depositado para outros clientes que necessitam dele.

Palavras-chave: Bancos, Criação de Moeda, Empréstimos.

Abstract

Based on the most basic lessons of economics and finance, it is common to say that individuals with great liquidity in the economy, the so-called surplus economic agents, deposit money in commercial banks and then use these deposits to grant loans to their customers in need of liquidity to carry out

¹ Docente Universitário.



some economic activity. It is surprising to note that, even among economists, there is no understanding of the relationship between economic agents' deposits with commercial banks and the loans that commercial banks grant to the public. This article aims to improve readers' understanding of the common thinking of different individuals in society, regardless of whether they are economists or not, and is not a necessary and sufficient condition of how banks and the loan granting process work in the economy. In other words, it will lead the reader to understand how the majority of the money that circulates in an economy is created by commercial banks, without necessarily resulting from deposits that customers keep in the respective commercial banks. In this way, we will encourage readers to mature the idea of how money is created in the economy and we will reduce the understanding acquired in traditional economics manuals that commercial banks are just intermediaries that lend deposited money to other customers who need it.

Keywords: Banks, Currency Creation, Loans.

Introdução

As pessoas nas sociedades, incluindo aqueles que não são economistas, alguns estudantes de economia e até mesmo alguns economistas, têm uma compreensão que se alinha com os livros tradicionais de introdução à economia, considerando os bancos como meros intermediários financeiros.

A função dos bancos para a maioria das pessoas é apenas conectar os agentes econômicos que recebem uma renda superior às suas necessidades imediatas de consumo e que podem depositar sua renda não usada em um banco de boa reputação com aqueles que necessitam de dinheiro líquido e precisam de investimento e/ou consumo menores do que os seus rendimentos.

Segundo o raciocínio anterior, os depósitos das pessoas com rendimentos superiores às necessidades são considerados uma reserva financeira que os bancos utilizam para conceder empréstimos às pessoas que necessitam de liquidez para realizar planos de investimento e/ou consumo.

“Seguindo a mesma lógica, seria correto afirmar que a capacidade de empréstimo de um banco é limitada pela quantidade de depósitos de seus clientes. Para aumentar a oferta de empréstimos, um banco deve garantir novos depósitos, atraindo mais clientes. Sem os depósitos, não haveria empréstimos. Ou seja, os depósitos criam empréstimos”.



Apesar de a narrativa acima sugerir que os bancos precisam dos recursos dos clientes para conceder empréstimos a outros agentes económicos na sociedade, isso não é totalmente verdade na economia actual. Dessa forma, vamos ao longo deste texto analisar como os bancos usam os depósitos dos clientes e outros recursos que estão por detrás dos altos empréstimos que concedem à economia.

Dois equívocos sobre depósitos de clientes e empréstimos a agentes económicos na economia moderna².

No funcionamento da economia moderna, uma grande parte do dinheiro que pertence a agentes económicos é depositada em bancos. No entanto, ao analisar este tema, é perceptível que a origem destes depósitos permanece desconhecida.

Assim, *é comum na sociedade a ideia de que os bancos actuam apenas como intermediários, emprestando os depósitos que os poupadores depositam*. Não é totalmente correto imaginar que o dinheiro seja originado pelas escolhas de poupança das famílias e dos bancos e, em seguida, emprestado aos agentes económicos que necessitam na sociedade.

Um erro recorrente em relação à criação de moeda em uma economia é que o *Banco Central controla a quantidade de empréstimos e depósitos na economia, controlando a quantidade de moeda do banco central. Essa abordagem é conhecida como multiplicador*. Nesse caso, a política monetária é implementada por meio da escolha da quantidade de reservas multiplicadas, resultando em variações maiores nos depósitos dos bancos e empréstimos.

“Dessa forma, não é correto dizer que os bancos agem como simples intermediários que aceitam depósitos de poupadores, nem multiplicam a moeda do Banco Central para a criação de novos empréstimos ou novos depósitos.”

² Ver: Michael McLeay, Amar Radia and Ryland Thomas (2014). Money creation in the modern economy. <https://www.bankofengland.co.uk/quarterlybulletin/2014/q1/money-creation-in-the-modern-economy>.



Martin Wolf,³, afirmou sem rodeios, no Financial Times, que “a essência do sistema monetário contemporâneo é a criação de dinheiro, de forma aleatória através de ações muitas vezes insignificantes de bancos comerciais”, os empréstimos.

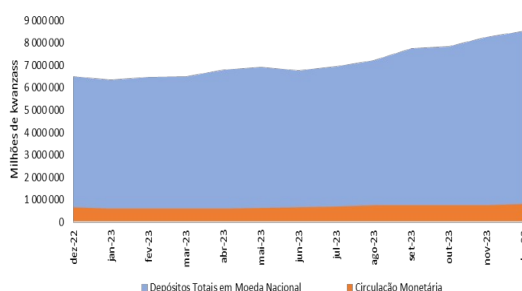
Evidências que contrariam o primeiro equívoco sobre os depósitos dos clientes e a concessão de empréstimos à economia

Se considerarmos que os depósitos totais da economia nos bancos comerciais são feitos pelos agentes económicos, devemos concordar que o total de depósitos é inferior à circulação monetária na economia, ou seja, os depósitos são inferiores à soma das Notas e Moedas em Poder do Público e ao dinheiro que está nos cofres dos bancos.

Ou seja, seria o mesmo que dizer que os depósitos seriam iguais ao dinheiro que existe nos cofres dos bancos, pois é a parte da circulação monetária que os agentes económicos decidiram depositar nos bancos.

No entanto, ao analisar o gráfico abaixo, elaborado a partir da série de agregados divulgados pelo Banco Nacional de Angola (BNA), percebe-se que os depósitos totais da economia são muito superiores ao dinheiro em circulação na economia, mesmo somando o dinheiro no cofre dos bancos, que “*supostamente resulta dos depósitos dos clientes*”, com as notas e moedas em poder do público.

Gráfico 01: Evolução dos Depósitos e da Circulação Monetária



Fonte: BNA/<https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-monetarias-financeiras/nova-serie>

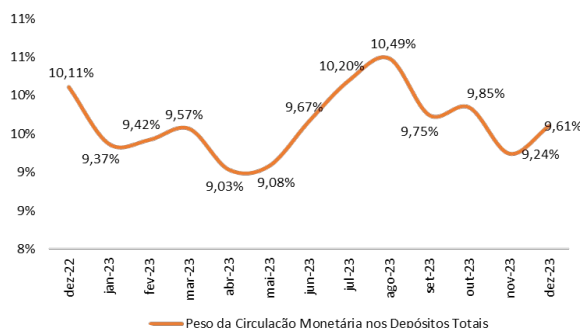
3 **Martin Harry Wolf:** jornalista britânico especializado em economia e principal comentarista económico do jornal Financial Times, foi membro da Comissão Independente sobre Banca.



O gráfico acima, começa a deixar uma ideia clara de que mesmo que os agentes económicos depositassem todo o dinheiro, não restando nenhuma nota e moeda em poder do público, não seria igual aos depósitos totais existentes no sistema bancário, o que significa que há uma boa parte dos depósitos que não tem como origem o dinheiro dos agentes económicos.

Outra evidência pode ser observada a partir do gráfico no qual se verifica que o dinheiro todo que circula na economia (Soma das Notas e Moedas em Poder do Público e o dinheiro existente nos cofres dos bancos) representa apenas cerca de 10% dos depósitos totais da economia. Ou seja, 90% dos depósitos não resultou de depósitos feitos a partir do dinheiro dos clientes, o que significa dizer que existe outra fonte de depósitos. Esta outra fonte dos depósitos na economia é que se pretende espelhar ao longo deste artigo.

Gráfico 02: Evolução do peso da Circulação Monetária nos Depósitos



Fonte: BNA/<https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-monetarias-financeiras/nova-serie>

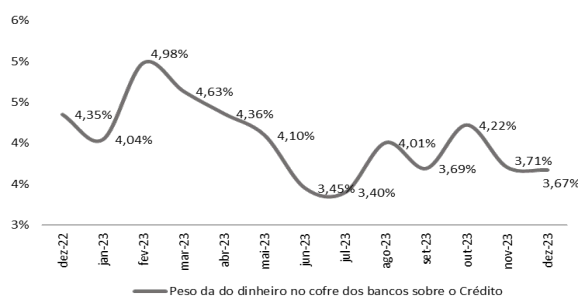
Se os bancos actuassem apenas como intermediários entre agentes económicos superavitários e agentes económicos deficitários, isso significaria que somente poderiam emprestar a mesma quantia de dinheiro que foi depositada neles, que é equivalente às notas e moedas nos cofres dos bancos, uma vez que a outra parte das notas e moedas em circulação na economia está sob o controle do público. No entanto, isso não é o que ocorre na prática.



Utilizando o gráfico acima, que é o resultado das informações das contas monetárias divulgadas pelo BNA, é possível notar que o crédito concedido à economia é significativamente superior em comparação ao dinheiro depositado nos cofres dos bancos comerciais, que supostamente resulta dos depósitos dos clientes.

Os bancos emprestam à economia muito mais dinheiro do que os clientes depositaram neles. Conforme os dados divulgados pelo BNA, o montante depositado pelos clientes nos bancos é equivalente à cerca de 4% dos empréstimos concedidos à economia. Isso deixa claro que, assim como os depósitos, uma parte dos empréstimos não é gerada pelos depósitos dos clientes, ou seja, há outras maneiras dos bancos conceder empréstimos sem depender dos depósitos dos clientes.

Gráfico 03: Evolução do peso do dinheiro no cofre dos bancos sobre o Crédito

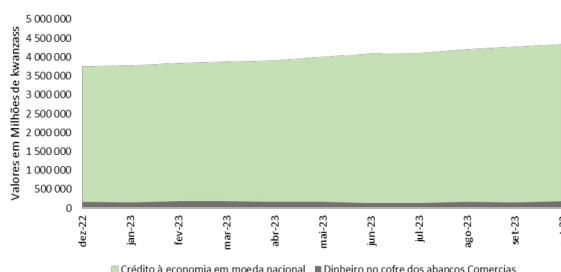


Fonte: BNA/<https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-monetarias-financeiras/nova-serie>

Apesar de se supor que uma parte dos depósitos dos clientes não está nos cofres dos bancos comerciais, mas sim no Banco Central, como reservas dos bancos comerciais, ou seja, não está em circulação, o que explica o aumento dos empréstimos, o gráfico a seguir pode demonstrar que essa afirmação não é verdadeira.



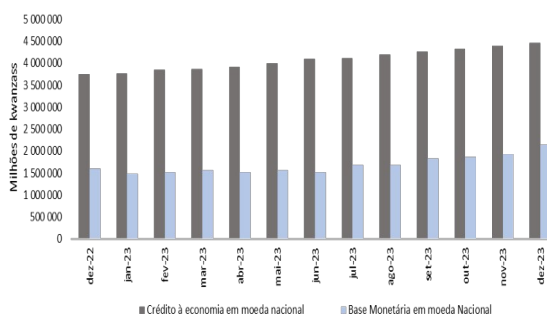
Gráfico 04: Evolução do dinheiro no cofre dos bancos e do Crédito



Fonte: BNA/<https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-monetarias-financeiras/nova-serie>

Conforme os agregados monetários divulgados pelo BNA, é possível notar que, apesar de emitir dinheiro todo, a chamada Base Monetária, que inclui a circulação monetária e as reservas dos bancos comerciais no BNA, é inferior ao crédito à economia, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 05: Evolução do crédito à economia e da Base Monetária



Fonte: BNA/<https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-monetarias-financeiras/nova-serie>

Sendo assim, duas importantes observações podem ser tiradas desta observação:

- Se compararmos o dinheiro todo emitido pelo Banco Central (Base Monetária) que inclui as notas físicas que supostamente fazem parte dos depósitos feitos pelos clientes e as reservas⁴ dos bancos comerciais no BNA, este é inferior aos depósitos, o que

⁴ É bom salientar que as Reservas Bancárias, que os bancos comerciais mantêm no Banco Central, na economia moderna, com a evolução dos sistemas de pagamentos, são maioritariamente ou mesmo na totalidade virtuais.

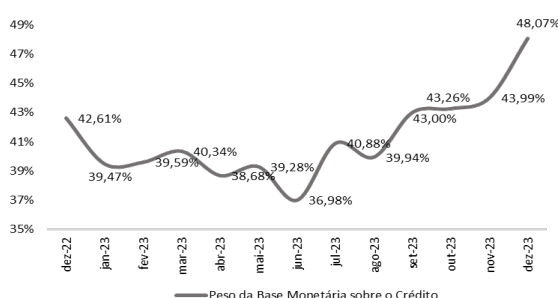


significa que há parte dos depósitos que não resultou do dinheiro criado pelo Banco Central;

- Por outro lado, embora a teoria convencional sustente que os bancos comerciais utilizam os depósitos dos clientes para conceder empréstimos, o gráfico apresentado demonstra que isso não é exato, já que, mesmo se considerarmos a circulação monetária (que supostamente inclui os depósitos dos clientes, já que são moeda física) e as reservas dos bancos comerciais no Banco Central (considerando que uma parte dos depósitos dos clientes são mantidos como reservas no Banco Central), o total de dinheiro emitido na economia deveria ser superior aos empréstimos.

No entanto, os dados dos agregados monetários não comprovam isso, o que torna possível afirmar que o empréstimo aos clientes não depende necessariamente dos depósitos realizados nos bancos comerciais. Isso ocorre porque o total de dinheiro emitido pelo Banco Central, para o BNA, representa em média 40% dos empréstimos, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 06: Evolução do peso da Base Monetária sobre o Crédito



Fonte: BNA/<https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-monetarias-financeiras/nova-serie>

O processo de criação de moeda por parte dos bancos no mundo real



Como já foi mencionado, na economia moderna a maioria do dinheiro assume a forma de depósitos, porém, se foi dito que estes depósitos são muito superiores que a soma das notas e moedas em poder do público e o dinheiro no cofre dos bancos, de onde surge então tais depósitos que é a maior forma do dinheiro da economia?

É bem verdade que a criação de dinheiro é um dos mecanismos económicos menos compreendidos até mesmo por alguns economistas. Como foi abordado ao longo deste artigo, das formas mais líquidas para efectuar pagamentos na economia, existem as notas e moedas em circulação e os depósitos, sendo o último a maioria, constituindo mais de 90% da circulação monetária.

A falta de compreensão por parte de muitos indivíduos em relação à criação de moeda resulta do desconhecimento de que uma grande parte do dinheiro usado para pagamentos na economia é gerada pelos próprios bancos comerciais.

“Na economia moderna, a maioria dos depósitos, ao invés de ser criada por um grupo de poupadores que confiam no banco para guardar o seu dinheiro, são criados pelos próprios bancos comerciais”.

Na realidade, os bancos comerciais criam dinheiro, sob a forma de depósitos bancários, quando concedem novos empréstimos à economia.

Qualquer um, ao ler a afirmação acima, pode se questionar: ***a criação de dinheiro não é um direito e responsabilidade exclusiva do Banco Central?***

Para responder à inquietação que pode surgir em qualquer agente económico, “***é necessário deixar bem claro que o dinheiro que os bancos comerciais criam não é o papel-moeda com o selo do Banco Nacional de Angola. É o dinheiro electrónico que aparece na tela quando o agente económico verifica o saldo em um caixa electrónico***”.

Como é bancos que comerciais criam dinheiro novo?

Num artigo publicado em Março de 2014 “***Money creation in the modern economy***” os economistas Michael McLeay, Amar Radia e Ryland Thomas da Direcção de Análise



Monetária banco da Inglaterra, explicam como a maioria do dinheiro na economia moderna é criada pelos bancos comerciais.

Os bancos criam dinheiro quando fazem empréstimos. Isso é feito por meio de lançamentos contábilísticos quando um banco concede um empréstimo criando automaticamente uma conta depósito, ou seja, bancos criam dinheiro por meio da contabilidade que usam quando concedem empréstimos.

“Os números que o agente económico vê quando verifica o saldo da sua conta são, na realidade, apenas lançamentos contábilísticos nos computadores dos bancos”.

Ou seja, a maioria do dinheiro usado para efectuar pagamentos por parte dos agentes económicos é criado pelos bancos comerciais⁵ e não pelo Banco Central.

“Como se fosse uma espécie de magia, os bancos fazem o dinheiro aparecer do nada cada vez que concedem empréstimos aos agentes económicos não bancários”

Embora seja um processo muito difícil de acreditar por parte de até alguns economistas, a criação de dinheiro por parte dos bancos comerciais na concessão de empréstimos é do conhecimento comum das pessoas que gerem o sistema bancário.

Em um dos discursos proferidos por Sir **Mervyn King**, Governador do Banco de Inglaterra entre (2003-2013), durante uma conferência afirmou: *“Quando os bancos concedem empréstimos aos seus clientes, eles criam dinheiro creditando as contas dos seus clientes”.*

O banco não transfere dinheiro da conta bancária de outra pessoa ou de um cofre cheio de dinheiro.

No entanto, ao se abordar o tema da criação do dinheiro por parte dos bancos comerciais, deve se deixar claro que, nem todos os empréstimos dão origem a criação monetária.

“Quando instituições financeiras especializadas em concessão de crédito e que não estão autorizadas a receber depósitos, concedem crédito, só o podem fazer porque são financiados antecipadamente e não por criação de numerário, então os empréstimos concedidos por estes não criam moeda na economia”.

⁵ A moeda (dinheiro) que os bancos criam não é o papel-moeda com o selo do Banco Central. É o dinheiro electrónico que pisca na tela quando você verifica seu saldo em um caixa electrónico.



Somente os bancos comerciais captadores de depósitos têm o poder de criar dinheiro.

Entendendo a criação do dinheiro por parte dos bancos comerciais.

Para entender o processo de criação de dinheiro por parte dos bancos comerciais, é necessário entender o princípio contabilístico de partidas dobradas, pois o que os bancos fazem ao conceder empréstimo é um simples lançamento contabilístico, e o mesmo cria depósito, representando um novo meio de pagamento.

Um banco comercial, na execução da sua actividade, não “empresta moeda física”. Ao conceder um empréstimo, um banco comercial cria um depósito sobre o qual garante a plena conversão em moeda física, ou seja, no acto de crédito bancário, ocorre uma expansão do balanço tanto do credor como do devedor, conforme visível nos balanços ilustrativos e simplificados abaixo.

Para melhor entendimento, suponha-se que um banco comercial, Keceter Bank, concede um empréstimo à família Luindula no montante de 100 kwanzas. A operação terá o seguinte registo:

Banco Keceter	
Activos	Passivos
Novo Empréstimo ↑: + 100 kwanzas	Novo Depósito (DO) ↑: +100 kwanzas
Família Luindula	
Activos	Passivos
Novo Depósito (DO) ↑: + 100 kwanzas	Dívida ↑: +100 kwanzas

Ou seja, o Keceter Bank credita a conta à ordem da família Luindula em 100 kwanzas. Isso significa que, como consequência desta operação, surgem novos 100 kwanzas de depósitos à ordem (DO) que, anteriormente, não existiam na economia.

Ao conceder empréstimo à família Luindula, o Keceter Bank não entrega a ela milhares de kwanzas em notas. Ao contrário, creditou a conta bancária da família, mediante um simples



lançamento contábilístico realizado por meio de um clique no teclado de um dos computadores do banco.

“Algum funcionário do Keceter Bank altera os números que estão registados informaticamente na conta à ordem da família Luindula somando ao valor que já lá se encontrava ou mesmo o fazendo pela primeira vez. Por essa razão, alguns economistas denominam os depósitos bancários de dinheiro de caneta-tinteiro, criado com a utilização de canetas dos bancos para aprovar empréstimos.”.

Na operação acima, nenhum movimento de dinheiro físico ocorreu, porém, tanto o balanço do Banco Keceter como da Família Luindula, expandiu nos activos e passivos e, portanto, novo dinheiro foi criado.

Sendo que os DO fazem parte dos meios de pagamentos (Massa Monetária), a operação de empréstimo aos agentes económicos não bancários fazem aumentar o *stock* de meios de pagamento na economia.

Com o exemplo acima, fica claro que o banco comercial não empresta nada que tem. De acordo com o que se sabe sobre empréstimos, “emprestar” significa renunciar temporariamente a um activo, como, por exemplo, “*emprestar uma caneta a alguém por um minuto*”.

Claramente não é isso que acontece no caso de um empréstimo bancário. Os bancos não pretendem permitir que os clientes utilizem temporariamente alguns dos seus activos: “*isso é um negócio de agiota*”.

Relativamente a este depósito criado aquando da concessão de um empréstimo pelo banco comercial a um agente económico não bancário, deve-se realçar que o mesmo é temporário. Ou seja, o mesmo dura o tempo do empréstimo, isto é, a liquidação do empréstimo em causa dá lugar a **destruição monetária**.

A destruição monetária significa dizer, uma vez reembolsado o crédito, a oferta monetária criada por esta operação é anulada.

A necessidade de depósitos por parte dos bancos comerciais



Ao longo do presente artigo, explanou-se que como o dinheiro é criado hoje difere da descrição encontrada em alguns livros de economia. Ou seja, ao invés dos bancos receberem depósitos quando as famílias poupam e depois emprestá-los, os empréstimos bancários criam depósitos.

Todavia, qualquer indivíduo lendo a afirmação acima, procuraria saber *o que motiva os bancos comerciais a permitir que os clientes depositem o seu dinheiro se os bancos não têm necessidade de depósitos para conceder empréstimos?* Ou seja, por que os bancos anunciam para atrair depositantes e pagam inclusive juros sobre os fundos se não precisam dos tais depósitos para a concessão de crédito aos seus clientes?

Existem vários aspectos que podem ser enumeradas como possíveis respostas à questão acima, entre eles:

- **A semântica**

É de conhecimento geral que as instituições financeiras são classificadas em não bancárias e bancárias. A principal característica dessas últimas é permitir depósitos. Logo, se uma organização não permitir que as pessoas depositem dinheiro nas contas dela, acho que seria difícil chamá-lo de "banco". A aceitação de depósitos é uma característica definidora dos bancos comerciais.

Embora isso não seja relevante para o aspecto central da questão em questão, é bastante útil. Como um "banco" tem de permitir depósitos (pelo menos por uma definição ingênua, se não legal), o conceito em causa se limita artificialmente às instituições que o fazem.

- **Segurança por parte dos depositantes**

Para se perceber a questão relacionada a segurança por parte dos depositantes, a questão de partida pode ser reformulada, passando a ser: por que um banco permitiria que alguém colocasse dinheiro em posse do mesmo em forma de depósito?



A questão é que as pessoas estão dispostas a pagar ao banco para proteger o seu dinheiro. O dinheiro no banco é protegido contra roubos e está bem guardado, sendo assim, muitas pessoas preferem ter grandes quantias no banco do que em casa.

Em troca, os agentes económicos pagam aos bancos pelo serviço directamente ou por meio de transacções relacionadas à conta. Muitos bancos cobram taxas para diversos serviços, como cheques bancários, serviços de cartório ou consultoria financeira, serviços que você talvez não se importe se ainda não tiver uma conta-corrente.

Os bancos geralmente ganham dinheiro com transacções com cartão de crédito, mesmo que o agente económico efectue pagamentos antes do vencimento de quaisquer juros directos. Os bancos também ganham dinheiro com taxas de cheque especial (uma forma de empréstimo com taxas de “juros” muito altas), juros do cartão de crédito (mais empréstimos) e assim por diante.

Esta também é uma das razões que levam os bancos comerciais a aceitarem depósitos dos agentes económicos.

- **Fonte de financiamento menos oneroso**

Para se compreender a questão do financiamento menos oneroso por parte dos bancos como uma razão para buscarem depósitos dos clientes, apesar de não dependerem deles na concessão de crédito, é preciso compreender os conceitos de liquidez para agentes económicos bancários e não bancários.

A quantidade de depósitos na carteira dos bancos não é uma condição necessária para que os bancos estendam a sua actividade de crédito, sendo, no entanto, a fonte de financiamento menos onerosa para fazer face aos possíveis pagamentos resultantes do crédito. Para os agentes económicos não bancários, um depósito desempenha de meio de pagamento na economia, circulando como substituto da base monetária, uma vez que esta obrigação do banco comercial pode ser convertida (em paridade⁶) em notas e moedas detidas pelo banco comercial.

6 100 kwanzas num depósito correspondem a 100 kwanzas em moeda física, no caso de um banco solvente (que detenha liquidez no momento).



No entanto, este meio de pagamento para um agente não bancário não é necessariamente um meio de pagamento interbancário. Assim, para finalizarem um pagamento realizado por um depositante, é indispensável que os bancos comerciais liquidem o pagamento através da transferência de reservas bancárias⁷. Apesar dos bancos comerciais deterem o privilégio de criarem passivos no acto do empréstimo, estes encontram-se limitados nessa sua actuação uma vez que, no caso da perda de um depósito para um banco concorrente (derivado de um pagamento/transferência de um cliente), estes têm de transferir o mesmo montante em reservas (activo) para o banco concorrente.

Por outro lado, as reservas bancárias são moeda para os bancos comerciais, pois são necessárias para efetuar pagamentos (maioritariamente provenientes das operações dos seus clientes). Geralmente, os bancos procuram as reservas que surgem dos depósitos dos clientes. Sendo assim, cada banco terá um percentual adequado de reservas sobre depósitos, que poderá variar de acordo com diversos factores que interferem na probabilidade de manutenção dos depósitos como fonte de financiamento bancário. Se o banco perder depósitos, poderá solicitar um empréstimo pelo mercado monetário interbancário (MMI) para um banco que esteja com excesso de liquidez, para liquidar a transferência do seu cliente.

A disponibilidade e o preço do empréstimo das reservas no mercado interbancário⁸ torna-se assim uma das principais restrições à expansão bancária.

No entanto, cada banco comercial não necessita de deter à partida uma quantidade inicial de reservas bancárias para expandir o seu balanço, como afirma comumente a teoria do multiplicador monetário. Os bancos comerciais expandem primeiramente os seus balanços (principalmente através do crédito), endividando-se no mercado interbancário apenas na eventualidade de terem de realizar pagamentos inesperados.

Esta é a razão pela qual os bancos comerciais competem para manter um montante significativo e estável dos seus passivos como depósitos, em vez de empréstimos de curto prazo no mercado interbancário ou dívida obrigacionista. Assim, uma posição de constante

⁷ As reservas bancárias são o montante de base monetária que o banco comercial detém, sendo, portanto, um activo para este.

⁸ Em Angola este preço é expresso através da taxa de juro LUIBOR (*Luanda Interbank Offered Rate*)



falta de liquidez para satisfazer os pagamentos dos clientes implicará o pagamento de juros interbancários (mais elevados que os pagos a depositantes), que se ocorrerem de forma prolongada, poderão afectar a solvabilidade do banco.

- **Controlo da liquidez por parte do Banco Central e razões prudências**

Embora o Banco tenha poder de criar dinheiro quando concede crédito, este poder não é ilimitado. O Banco Central limitará o volume de créditos para cumprir os seus objectivos de **estabilidade de preços**, mas também de **estabilidade do sistema financeiro**.

Para controlar a inflação, o Banco Central regula indirectamente a quantidade de dinheiro em circulação na economia, actuando sobre as taxas directoras e outros instrumentos de política monetária. Esta medida tem um impacto imediato no mercado monetário interbancário. Sem depósitos suficientes, o banco é forçado a procurar financiamentos que podem ser caros se os juros cobrados forem elevados.

Além das razões já mencionadas acima, o Banco Central também utilizará alavancagem regulatória, mas mais para garantir a sustentabilidade do sistema bancário do que para regular a quantidade de dinheiro em circulação. Assim, o poder de criação de dinheiro dos bancos é limitado, antes de tudo, por regulamentações prudenciais como a aplicação dos acordos de Basileia por parte do Banco Central. *Os acordos de Basileia III*⁹ exigem um índice de solvência de pelo menos 10,5%.

Assim, se um banco tem 100 unidades monetárias de capital próprio, não pode emprestar mais de 952,38 unidades monetárias. A política monetária, conduzida pelo Banco Central, também tem impacto sobre o poder dos bancos de criar moeda. Estes têm, de facto, a

9 Os Acordos de Basileia referem-se aos acordos de supervisão bancária (recomendações sobre regulamentação bancária) emitidos pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS).

Basileia I foi desenvolvido através de deliberações entre os banqueiros centrais dos principais países. Em 1988, o Comité de Basileia publicou um conjunto de requisitos mínimos de capital para os bancos. Isto também é conhecido como Acordo de Basileia de 1988 e foi aplicado por lei nos países do Grupo dos Dez (G-10) em 1992.

Um novo conjunto de regras conhecido como **Basileia II** foi desenvolvido e publicado em 2004 para substituir os acordos de **Basileia I**. **Basileia III** é um conjunto de melhorias em resposta à crise financeira de 2007–2008. Não substitui Basileia I nem II, mas centra-se em reformas do quadro de **Basileia II** para abordar questões específicas, incluindo as relacionadas com o risco de uma corrida aos bancos.

Os Acordos de Basileia foram integrados no Quadro de Basileia consolidado, que compreende todas as normas actuais e futuras do Comité de Supervisão Bancária de Basileia.



obrigação de manter fundos em reserva junto do Banco Central, o que limita efectivamente a criação monetária.

- **Outras razões**

Entre os vários factores económicos e regulamentares que restringem o processo de criação de moeda, para além dos já mencionados acima, existem os que estão ligados aos agentes económicos não bancários. A procura de crédito e o comportamento da carteira por parte dos agentes económicos não bancários também actuam no sentido de restringir a criação de moeda.

Outra abordagem sobre a concessão de empréstimos à economia por parte dos bancos comerciais.

Para além da abordagem já feita sobre a concessão de empréstimos por parte dos bancos comerciais aos agentes económicos não bancários, existe uma outra, muito conhecida que é a teoria do multiplicador monetário.

Contrariamente a ideia principal deste artigo, para a teoria do multiplicador, os bancos comerciais facilitam os empréstimos utilizando os depósitos obtidos do público.

No entanto, para a teoria do multiplicador, existem restrições quantidade de empréstimos a conceder do total de depósitos que um banco obtém dos seus clientes.

Os bancos comerciais precisam manter uma certa parcela dos depósitos públicos como reservas no banco central que serão utilizadas para atender às necessidades imediatas de caixa dos depositantes. Só depois de reservar o montante exigido dessas reservas é que os bancos comerciais estão autorizados a emprestar esses montantes a indivíduos ou empresas.

Segundo esta teoria, o total de empréstimos que os bancos podem conceder aos seus clientes será dada pelo produto entre o total de depósitos e o multiplicador. Ou seja:

Empréstimos = Depósitos x multiplicador do crédito



Onde: Multiplicador = $\frac{1}{r}$ e r = coeficiente de reservas obrigatórias (CRO) determinado pelo Banco Central.

Por exemplo, se o dinheiro depositado em um banco for de 10.000 u.m e o CRO de 10%, multiplicador de crédito = $\frac{1}{10\%} \Rightarrow r = 10$.

Assim, o total de empréstimo deve ser apenas de 100.000 u.m.

Para esta abordagem, o total de empréstimos para a economia será maior quanto menor for o CRO. E, com montante emprestado na economia vai o dinheiro se multiplica. Ou seja, se o CRO for de 10%, então o multiplicador de crédito será 10 e a oferta monetária deverá ser 10 vezes as reservas.

Portanto, quando a reserva obrigatória é de 10%, isso também significa que um banco pode emprestar 90% dos seus depósitos.

Assim, para a abordagem do multiplicador, o Banco Central determina a quantidade de empréstimo os bancos comerciais vão conceder para os seus clientes e consequentemente a multiplicação do dinheiro na economia, através a utilização dos instrumentos de política monetária, sendo um deles o CRO.

Conclusões

Este artigo teve como objectivo esclarecer algumas questões relacionadas à criação de moeda no sistema financeiro. Isso inclui as operações de crédito à economia e a obtenção de depósitos pelos seus clientes.

Dessa forma, ao longo do artigo, buscou-se estabelecer um entendimento comum de que os bancos comerciais criam dinheiro novo, o que diminui a resistência de muitos em relação à ideia de que os bancos privados podem, de facto, gerar dinheiro.

O presente artigo, realçou também que, embora os bancos não precisarem necessariamente do dinheiro dos clientes para conceder crédito à economia, precisam ter liquidez¹⁰ para garantir o cumprimento dos compromissos e para isto, atrair novos depósitos

10 Reservas Livres



de clientes é uma forma, se não, a mais barata, de garantir essas reservas. Geralmente é mais barato para eles tomar emprestado de clientes do que pedir emprestado de outros bancos.

Por outro lado, o poder de criação de moeda por parte dos bancos é limitado fundamentalmente por questões de estabilidade de preços na economia, estabilidade do sistema financeiro garantidos pela intervenção do Banco Central no sistema Financeiro. A criação monetária dos bancos deve ser acompanhada por um fortalecimento do seu capital. Eles também devem manter um valor mínimo em conta no Banco Central que seja proporcional aos depósitos.

Em relação aos limites de criação de moeda pelos bancos resultantes das operações de empréstimos realizadas, a criação de moeda é limitada pela necessidade de os bancos individuais emprestarem de forma lucrativa e pelas regulamentações micro e macro prudenciais.

O banco central também influencia o processo de criação de moeda e crédito em tempos normais através da sua política monetária que afecta as taxas de juro e outros instrumentos de política monetária influenciando assim as decisões de financiamento e carteira de bancos e não-bancos mediante vários canais de transmissão.

Referências

Banco Nacional de Angola, Departamento de Estudos Económicos (DEE) – O processo de criação monetária, artigos ocasionais, 2021.

McLeay et al – Money creation in the modern economy, Bank of England (2014).

Ryan-Collins, J., Greenham, T., Werner, R., & Jackson, A. – Where Does Money Come From? A Guide to the UK Monetary and Banking System. London: New Economics Foundation, (2011).

Tymoigne, Éric – Principles of Money and Banking, Lewis & Clark College, Portland, OR, USA, 2018.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634

Werner, Richard A. – How do banks create money, and why can other firms not do the same?, Centre for Banking, Finance and Sustainable Development, Southampton Business School, University of Southampton, United Kingdom, 2014.

Recebido em: 30/03/2024

Aprovado em: 18/04/2024

Publicado em: 29/05/2024